PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 000533-002/2017

RECLAMADA: F.M.FERREIRA DE SOUSA (SUPERMERCADO FERREIRA)

CNPJ: 73.807.471/0002-60

DECISÃO ADMINISTRATIVA

1 - RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo instaurado em face do fornecedor acima, já regularmente qualificado nos autos, com base na Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) pelo Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON), órgão integrante do Ministério Público do Estado do Piauí, visando apurar indício de perpetração infrativa às relações de consumo.

O procedimento foi instaurado mediante AI datado de 21/09/2017 (ID: 34668345/3) nos termos da Lei nº 8.078/90.

Ao fornecedor, é imputado o desrespeito à seguinte norma protetiva do consumidor: não possuir o exemplar do Código de Defesa do Consumidor de conformidade com o art. 1º da Lei Federal nº 12.291/10.

Notificado, o fornecedor apresentou defesa (ID: 34668345/5).

O fornecedor apresentou defesa, entretanto, deixou de apresentar o DRE do exercício do ano de 2017 (ID: 34668345/5).

Em sua defesa, em síntese, alegou que antes de lavrar o auto de infração, es PROCON deveria lavrar o auto de constatação da infração e advertência como determina o art. 12, § 1º da LC 036/2014, visando que a empresa providenciasse a devida prestação de serviço aos consumidores, ou seja, manter, em local visível e de fácil acesso ao público, um exemplar do código de defesa do consumidor.

Seguiu aduzindo ainda que existia na loja da autuada um exemplar do Código da Legislação Consumerista, sendo que, quando da fiscalização, não estava no Balcão de Atendimento aos clientes única e exclusivamente devido à mudança física da loja, visto que antes funcionava na mesma rua, porém nº 2091, esquina com a Rua 15 de Novembro (Lourival Parente) e foi transferida para a mesma rua (Ivan Tito de Oliveira), porém nº 1819, tendo esquecido o funcionário de deixar o Código de forma visível (ID: 34668345).

Outrossim, pontuou também que, levando-se em conta a sua ótima conduta em todos os anos em que atua como empresa do ramo comercial, posto que jamais foi autuada pela prática de não atender os interesses dos consumidores, sendo, portanto, primária, além de que, em razão de fato isolado e que não causou nenhum prejuízo aos clientes, deverá ser levado em conta o princípio da insignificância no sentido de não ser aplicada nenhuma pena à autuada. Ao final, a Reclamada requereu a nulidade do auto de infração, e caso fosse aplicada multa, que esta fosse arbitrada em valor mínimo, com a redução do valor em 50% por cento.

É o relatório.

2 - DECIDO

O fornecedor foi autuado em razão da suposta infringência à legislação federal Lei nº 12.291/10, art. 1º. A princípio, mister salientar que inexistem irregularidade ou nulidade do presente procedimento, vez que foram devidamente observados os princípios administrativos e constitucionais, mormente do contraditório e ampla defesa, não assistindo razão as arguições da defesa apresentada.

2.1 DA NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO

O infrator requereu que fosse acolhida a preliminar referente à nulidade do auto de infração que deu ensejo ao Procedimento Administrativo em epígrafe, tornado-o sem efeito, o que, no mérito fosse determinado a sua insubsistência, uma vez que somente não manteve o Código de Defesa do Consumidor em local de fácil acesso devido à mudança de endereço da loja. A respeito disso, é importante consignar que em função da Lei Complementar Estadual nº 36/04, o PROCON não detém o poder, mas o dever de fiscalizar as relações de consumo, mediante exercício de Poder de Polícia, aplicando penalidades quando cabível.

Nesse tocante, vale lembrar a definição de Poder de Polícia:

Para fins didáticos, é possível sintetizar o poder de polícia reduzindo-o a cinco atividades fundamentais: legislar (normatizar), limitar, consentir, fiscalizar e sancionar. Desse modo, sempre que o Estado legisla, limita, consente, fiscaliza ou sanciona atividades de particulares em favor dos interesses da coletividade, estaremos diante de manifestação do poder de polícia. (Mazza, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. Locais do Kindle 11281-11284. Editora Saraiva. Edição do Kindle. Grifo não original)

Desse modo, o ato de instauração de processo administrativo sancionatório de consumo é um ato administrativo praticado por agente competente - PROCON ou Promotoria- de duas formas: por auto de infração ou despacho de instauração, respectivamente. Seu objeto é discricionário, conforme Art. 12, §1º da LCE 36/0416. A finalidade é o interesse público

materializado na obrigação dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços a manterem, em local visível e de fácil acesso ao público, um exemplar do Código de Defesa do Consumidor como determina o art. 1º da Lei Federal nº 12.291/10.

Assim, em respeito aos requisitos do ato administrativo, no exercício de seu dever fiscalizatório, naturalmente o PROCON se ajusta aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, nos termos do art. 37 da Constituição. Quanto ao princípio da proporcionalidade quando no exercício do Poder Discricionário em relação ao objeto do ato, se mera advertência ou instauração de processo sancionatório, é importante relembrar:

Na discricionariedade, o legislador atribui certa competência à Administração Pública, reservando uma margem de liberdade para que o agente público, diante da situação concreta, possa selecionar entre as opções predefinidas qual a mais apropriada para defender o interesse público. Ao invés de o legislador definir no plano da norma um único padrão de comportamento, delega ao destinatário da atribuição a incumbência de avaliar a melhor solução para agir diante das peculiaridades da situação concreta. O ato praticado no exercício de competência assim conferida é chamado de ato discricionário. (Mazza, Alexandre. Manual de Direito Administrativo Locais do Kindle 10584-10589. Editora Saraiva. Edição do Kindle.)

Posto isso, impende-se ressaltar que o auto de infração fora lavrado pela Divisão de Fiscalização do Procon Estadual, portanto, por funcionário público. Como cediço, os atos praticados por funcionários público gozam de presunção (*juris tantum*) de veracidade, a qual só será afastada se o administrado comprovar a ilegalidade ou irregularidade do ato.

Nesse sentido:

APELAÇÃO CÍVEL – ATUAÇÃO INDEVIDA POR INFRAÇÃO AS REGRAS DE TRÂNSITO. ATO ADMINISTRATIVO QUE GOZA DE PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE “JURIS TANTUM”. ABUSO DA AUTUAÇÃO. NULIDADE. DANOS MORAIS. INOCORRÊNCIA. I – Os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade e veracidade, principalmente aqueles vinculados à atividade fiscalizadora do Estado. No entanto, em se tratando de presunção “*juris tantum*”, podem ser anulados se comprovado o abuso da autuação. II – A simples autuação indevida por violação às regras de trânsito não é capaz de gerar dano moralmente indenizável. O dano moral envolve um bem quase inatingível, relacionado ao sofrimento psíquico ou moral da pessoa, com o que não se confundem dissabores ou contratempos naturais os quais os seres humanos se submetem nos mais diversos relacionamentos em que se envolvem no cotidiano da vida em sociedade. (TJ-MJ – AC: 10024100391283001 MG, Relator: Peixoto Henriques, Data de Julgamento: 26/03/2013, Câmaras Cíveis Isoladas/7ª Câmara Cível, Data de Publicação: 01/03/2013.

Conforme se verifica, devidamente notificado não apresentou na defesa elementos capazes de macular a legitimidade do auto de infração. **Assim, inexistindo prova a desabonar a veracidade do auto de infração e o trabalho executado pelos fiscais do Procon (servidores públicos), presume-se verídicos os fatos ali narrados e resta inconteste que o fornecedor deixou de cumprir as normas consumeristas.**

Como se vem demonstrando até o momento, a não exibição do exemplar do Código der Defesa do Consumidor em local visível ao público é ilegal. O entendimento do

PROCON é no sentido de que o princípio da proporcionalidade é respeitado quando se instaura o processo sancionatório, por meio de auto de infração, não quando se limita a advertências em relação às práticas consagradas no mercado, razão porque não merece prosperar a nulidade arguida como preliminar e discutida no mérito.

3 JULGO SUBSISTENTE O OBJETO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Antes o exposto, estando indubitável que o fornecedor infringiu a legislação em comento, julgo SUBSISTENTE o objeto do presente processo administrativo em desfavor do fornecedor citado, por violação à lei nº 12.291/10, em prejuízo da coletividade, sujeitando à sanção de ordem administrativa.

3.1) SANÇÃO APLICÁVEL

Dentre as possíveis sanções administrativas, a reprimenda consistente na cominação de MULTA ADMINISTRATIVA (art. 56, inciso I do CDC), mostra-se a mais adequada ao caso em exame.

Art. 56. As infrações das normas de defesa do consumidor ficam sujeitas, conforme o caso, às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas:

I – multa;

3.2) FIXAÇÃO DA MULTA¹ E DA CONDIÇÃO ECONÔMICA

Para a fixação da multa base, tem se que:

a) Conforme o constatado pelo auto de infração, a infração não pode ser considerada leve, considerando, o número de consumidores atingidos. Mostra-se razoável ser considerada a infração grave;

b) não há como mensurar a vantagem auferida pela Reclamada.

c) o fornecedor não apresentou Demonstrativo de Resultado do Exercício do ano anterior, tampouco a Declaração de Imposto de Renda. Em consulta ao site da Receita Federal do Brasil, o porte do fornecedor não se enquadra como DEMAIS, e levando em conta a abrangência territorial da área de atuação do fornecedor em questão, tem se que se encaixa na categoria de Média Empresa.

3.3) MULTA BASE E VALOR DA MULTA

Destarte, o **inciso I do art. 2º da Lei Federal nº 12.291/2010** fixa o valor máximo da multa em **R\$ 1.064,10** (Mil e sessenta e quatro reais e dez centavos). Necessário ressaltar que a multa a

---

¹ Conforme art. 57 do CDC.

ser fixada deve respeitar os princípios da proporcionalidade e razoabilidade considerando o porte da empresa. Deste modo, concluindo-se pela observação a estes princípios na aplicação da multa, fixo o valor desta em R\$ 700,00 (setecentos reais).

4.) NOTIFICAÇÃO PARA CONHECIMENTO DA DECISÃO

1. Determino, a SADPROCON para, nos termos do Decreto Federal 2.18/97, **NOTIFICAR** o fornecedor da presente decisão (com cópia anexa da presente decisão):

a) o cumprimento voluntário da pena cominada de multa, com redutor de 50% do valor fixado (boleto eletrônico anexo), para a sua quitação, desde que o faça antes do término do prazo do recurso¹;

b) apresentar recurso, acompanhado das respectivas razões, no prazo de quinze dias úteis, contados da data da intimação da decisão, protocolizado perante a autoridade administrativa que julgou o processo administrativo²;

2. Consigne-se na notificação, caso não haja a interposição de recurso no prazo legal, certifique-se da ocorrência de trânsito em julgado, devendo, nesse caso, o infrator ser intimado para, no prazo de até trinta dias úteis efetuar o recolhimento do valor da multa na conta do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (FPDC), sob pena de inscrição do débito em dívida ativa para subseqüente cobrança executiva.³

3. A inscrição do fornecedor no Cadastro de Reclamações Fundamentadas, com indicação de que a reclamação não foi atendida (Lei nº 8.078/90, art. 44 e Dec. 2.181/97, após juntada de certidão de trânsito em julgado desta decisão.

4. Desde logo, cumpridas as respectivas formalidades, alternativamente: archive-se o presente PA, remeta-se à Junta Recursal para apreciação do recurso ou se inscreva em dívida para cobrança executiva na PGE.

5. Publique-se, por extrato, na imprensa oficial deste órgão e no SIMP o inteiro teor da decisão. Registre-se. Cumpra-se

Teresina, data da assinatura eletrônica.

NIVALDO RIBEIRO
PROMOTOR DE JUSTIÇA
Coordenador Geral do PROCON/ MP-PI

¹ Art. 46 Quando a pena cominada for a de multa, poderá o infrator recolher o percentual de 50% do valor fixado, para a sua quitação, desde que o faça antes do término do prazo do recurso, na forma do § 3º, do art. 22, da LC nº 36/2004.

² Art. 43 Da decisão final que culminar na aplicação de sanção administrativa caberá recurso à Junta Recursal do Procon/MPPI. §1º O recurso, acompanhado das respectivas razões, deve ser interposto no prazo de quinze dias úteis, contados da data da intimação da decisão, protocolizado perante a autoridade administrativa que julgou o processo administrativo

³ Art. 43. §6º Não havendo a interposição de recurso no prazo legal, a autoridade administrativa deverá fazer constar nos autos a ocorrência de trânsito em julgado, devendo, nesse caso, o infrator ser intimado para, no prazo de até trinta dias úteis efetuar o recolhimento do valor da multa na conta do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (FPDC), sob pena de inscrição do débito em dívida ativa para subseqüente cobrança executiva.